



HISTÓRIA ORAL DA APAC: INOVAÇÃO HUMANIZADORA E SABERES DECOLONIAIS NA GESTÃO PRISIONAL

ORAL HISTORY OF THE APAC: HUMANIZING INNOVATION AND DECOLONIAL KNOWLEDGE IN PRISON MANAGEMENT

HISTORIA ORAL DE LA APAC: HUMANIZACIÓN DE LA INNOVACIÓN Y CONOCIMIENTO DECOLONIAL EN LA GESTIÓN PENITENCIARIA

Victor Arthur Ladeira Gomes¹,
Dirce do Nascimento Pinheiro²
Vera Lúcia de Azevedo Lima³
Edson Marcos Leal Soares Ramos⁴

Resumo

O artigo tem como propósito ampliar a compreensão da História Oral enquanto metodologia crítica, situada e comprometida com a valorização das experiências humanas. A partir de uma revisão bibliográfica, propõe-se uma análise dos fundamentos epistemológicos e políticos da História Oral, articulando-a às contribuições da teoria histórico-cultural, do pensamento complexo e da perspectiva decolonial. A reflexão enfatiza o papel da História Oral como ferramenta metodológica e epistêmica de resistência, voltada à valorização da subjetividade, da memória e das narrativas de sujeitos historicamente silenciados. Busca-se evidenciar sua relevância para a democratização do conhecimento e a promoção de epistemologias plurais, especialmente quando aplicada ao contexto prisional do método APAC, no qual a escuta e a interpretação das trajetórias pessoais se convertem em práticas de reconstrução identitária e de afirmação da dignidade humana.

Palavras-chave: Subjetividade, Pensamento Complexo, Epistemologias Plurais.

¹ Mestrando em Segurança Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará. Graduado em Geografia, Ciências Contábeis e, em Relações Internacionais pela PUC Minas. <https://orcid.org/0009-0009-5914-1979> email: victor.ladeira@ifch.ufpa.br

² Doutorado em Doenças Tropicais (UFPA). Professora Titular do Instituto de Ciências da Saúde e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará. <https://orcid.org/0000-0002-4232-9272> email: dircenp@ufpa.br

³ Doutorado em Enfermagem (UFSC). Professora Titular do Instituto de Ciências da Saúde e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará. <https://orcid.org/0000-0003-0094-4530> email: veraluci@ufpa.br

⁴ Doutorado em Engenharia de Produção (UFSC). Professor Titular do Instituto de Ciências Exatas e Naturais e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará. <https://orcid.org/0000-0001-5425-8531> email: ramosedson@gmail.com

Abstract

This article aims to broaden the understanding of Oral History as a critical and situated methodology committed to valuing human experiences. Based on a literature review, it analyses the epistemological and political foundations of Oral History by articulating it with socio-historical-cultural theory, complex thought, and decolonial perspectives. The reflection highlights Oral History as a methodological and epistemic tool of resistance focused on subjectivity, memory, and the narratives of historically silenced subjects. It demonstrates its importance for democratizing knowledge and promoting plural epistemologies, particularly when applied to the APAC prison context, where listening and interpreting life stories contribute to identity reconstruction and the affirmation of human dignity.

Keywords: Subjectivity, Complex Thought, Plural Epistemologies

Resumen

El artículo tiene como objetivo ampliar la comprensión de la Historia Oral como una metodología crítica y situada, comprometida con la valorización de las experiencias humanas. A partir de una revisión bibliográfica, se analiza los fundamentos epistemológicos y políticos de la Historia Oral, articulándola con la teoría histórico-cultural, el pensamiento complejo y la perspectiva decolonial. Se resalta la Historia Oral como una herramienta metodológica y epistémica de resistencia orientada a la valorización de la subjetividad, la memoria y las narrativas de sujetos históricamente silenciados. Se evidencia su papel en la democratización del conocimiento y en la promoción de epistemologías plurales, especialmente en el contexto carcelario del método APAC, donde la escucha y la interpretación de las trayectorias personales se convierten en prácticas de reconstrucción identitaria y afirmación de la dignidad humana.

Palabras clave: Subjetividad; Pensamiento Complejo; Epistemologías Plurales.

INTRODUÇÃO

O artigo propõe uma reflexão ampliada sobre a História Oral como metodologia crítica e situada, aplicada à análise de experiências humanas em contextos de privação de liberdade, com ênfase no sistema prisional da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Parte-se do entendimento de que a História Oral ultrapassa a simples coleta de depoimentos, configurando-se como um campo de produção de conhecimento sensível às vozes subalternizadas e às experiências silenciadas.

A reflexão articula essa abordagem a três referenciais teóricos complementares: a teoria histórico-cultural, o pensamento complexo e o pensamento decolonial. Juntas, essas perspectivas permitem compreender a História Oral como espaço de encontro entre subjetividade, ética e reconstrução social, reconhecendo a pluralidade dos saberes e a legitimidade das experiências individuais.

No contexto prisional, a aplicação dessa metodologia adquire especial relevância ao promover a escuta ativa e a produção de narrativas sobre trajetórias de vida, permitindo a ressignificação das identidades e o fortalecimento de vínculos sociais e afetivos. A experiência das APACs, enquanto modelo alternativo de execução penal, constitui um campo fértil para essa abordagem, uma vez que busca promover a valorização da dignidade humana, a responsabilidade individual e a reintegração social.

A origem das APACs remonta ao início da década de 1970, quando um grupo de voluntários e pessoas privadas de liberdade, liderado por Mário Ottoboni, propôs um método de execução penal baseado na humanização da pena. Atualmente, o modelo atende a milhares de pessoas, sendo reconhecido por diferentes esferas do poder público como uma alternativa eficaz para a redução da reincidência e o fortalecimento dos direitos humanos (Grossi, 2020).

Dessa forma, a proposta aqui apresentada insere a História Oral como instrumento de reflexão crítica e prática emancipatória, capaz de promover novas epistemologias e sensibilidades sociais, contribuindo para a consolidação de espaços prisionais mais humanos e participativos.

Fundamentos Teóricos e Metodológicos da História Oral

A elaboração deste ensaio foi estruturada a partir de uma revisão bibliográfica sistemática, ancorada em autores clássicos e contemporâneos dos campos da história oral, da psicologia cultural, das ciências sociais e da filosofia da linguagem. O levantamento teórico teve como finalidade mapear os principais marcos epistemológicos e conceituais que atravessam a prática da História Oral, destacando suas interfaces com as noções de sujeito, memória, narrativa, poder e saber.

A revisão bibliográfica foi conduzida de forma analítica e seletiva, conforme orientam Lakatos e Marconi (2021), ao compreender que essa etapa deve ultrapassar a mera compilação de autores, configurando-se como exercício crítico voltado à identificação de lacunas, à formulação de hipóteses e à construção de pontes entre saberes consolidados e novas problematizações. Nessa perspectiva, Minayo (2007) ressalta que a revisão de literatura representa um processo de reflexão e atualização permanente, capaz de situar o pesquisador diante do estado da arte de determinado tema e de orientar suas escolhas teóricas e metodológicas.

No campo da História Oral, esse movimento reflexivo assume relevância singular, pois a construção de conhecimento se ancora na escuta de sujeitos historicamente silenciados e na valorização da experiência como categoria epistemológica. Delgado (2006) considera a História Oral uma metodologia voltada à produção de fontes e documentos orais, constituídos por narrativas que expressam versões, memórias e interpretações sobre o vivido. A oralidade, nesse contexto, é reconhecida como fonte legítima de saber, cuja força interpretativa emerge da relação entre pesquisador e narrador.

A compreensão da memória individual como parte de uma memória coletiva mais ampla, conforme proposto por Halbwachs (2004), reforça o caráter relacional dessa abordagem. A narrativa pessoal não é vista como relato isolado, mas como expressão de experiências compartilhadas, situadas historicamente e moldadas por dinâmicas sociais e culturais. Assim, a História Oral articula dimensões subjetivas e coletivas da memória, transformando o testemunho em espaço de resistência e reconstrução simbólica.

A noção de transcrição, discutida por Ribeiro e Godinho (2021), amplia o entendimento sobre o processo de transformação da fala em texto. Nessa etapa, o trabalho com as narrativas orais ultrapassa a mera transcrição literal, convertendo-se em gesto ético, estético e político que busca preservar a densidade emocional, simbólica e cultural dos relatos. A transcrição valoriza a expressividade do discurso e as singularidades do narrador, respeitando pausas, inflexões e afetos. Essa prática reafirma a natureza interpretativa da História Oral e a sua contribuição para democratizar o acesso ao conhecimento e às vozes historicamente marginalizadas.

No âmbito prisional, essa abordagem assume especial relevância. As experiências dos sujeitos privados de liberdade revelam dinâmicas complexas entre disciplina, afetividade e resignificação da identidade. Conforme demonstrado na pesquisa de Silva (2014), as narrativas produzidas nesses espaços revelam múltiplas dimensões de subjetividade, apontando tanto para as formas de resistência quanto para os modos de reconstrução de si. A metodologia da História Oral, aplicada nesse contexto, evidencia a potência da escuta e da narrativa como instrumentos de humanização e de análise crítica da realidade prisional.

O objetivo central deste ensaio consiste em integrar os aportes das três matrizes teóricas que orientam a pesquisa, a teoria histórico-cultural, o pensamento complexo e o pensamento decolonial, de modo a aprofundar a compreensão da História Oral enquanto prática hermenêutica e politicamente situada. A valorização da subjetividade e a consideração da implicação do pesquisador no processo interpretativo permitem compreender a História Oral como estratégia de descolonização do conhecimento, favorecendo epistemologias plurais e sensíveis à diversidade das experiências humanas.

Nesse sentido, o exercício da escuta e da narrativa, articulado ao método APAC, revela-se como possibilidade concreta de construção de novos modos de conhecer e de estar no mundo, nos quais a memória e a palavra assumem papel central na promoção da dignidade e na reconstrução do sujeito em contextos de privação de liberdade.

Complexidade, Subjetividade e Memória em Espaço Prisional

A História Oral constitui-se não apenas como uma técnica de registro de depoimentos, mas como uma prática interpretativa e intersubjetiva de produção de conhecimento. Essa abordagem desloca a concepção tradicional do documento como representação neutra da realidade e o compreende como um produto construído a partir da interação entre pesquisador e entrevistado. Nesse processo, a entrevista assume caráter performático, em que memória, narrativa e contexto social se entrelaçam, revelando dimensões simbólicas e subjetivas do vivido. O documento oral, portanto, emerge como um artefato discursivo e experiencial, mediado pela linguagem e pelas intenções dos sujeitos que o produzem.

A autoria, nesse contexto, é compartilhada entre narrador e pesquisador, sem que isso implique a renúncia à responsabilidade ética e analítica deste último. O pesquisador atua como mediador e intérprete, participando ativamente de todas as etapas do processo, da concepção metodológica à análise das narrativas, reconhecendo sua presença como parte constitutiva da pesquisa. A relação dialógica estabelecida na História Oral rompe com a ideia de neutralidade e evidencia que toda narrativa é parcial, situada e atravessada por discursos e intencionalidades. Essa perspectiva, longe de reduzir o valor epistemológico do relato, reforça sua legitimidade enquanto forma de conhecimento ancorada na complexidade das experiências humanas.

Ao compreender o depoimento como narrativa interpretativa, a História Oral aproxima-se da hermenêutica e do pensamento complexo. Conforme propõe Geertz (2008), toda descrição densa requer interpretação, e esta se encontra presente desde a produção até a leitura do texto. Assim, a memória narrada é compreendida como um processo dinâmico, no qual o sujeito reconstrói o passado a partir das condições do presente e de sua inserção social. O documento oral, ao ser transcrito, transforma-se em texto

carregado de historicidade e subjetividade, que deve ser analisado em diálogo com o contexto sociocultural que o produz.

Essa concepção é particularmente relevante em espaços prisionais, onde as narrativas expressam múltiplas camadas de sentido sobre sofrimento, resistência e reconstrução da identidade. As memórias de pessoas privadas de liberdade, ao serem escutadas e interpretadas, permitem compreender dimensões invisibilizadas da vida prisional e desafiam visões reducionistas que tratam o encarceramento apenas por meio de indicadores quantitativos. Nesse sentido, as narrativas contribuem para reconhecer “as pessoas por trás dos números”, conforme indicam Ribeiro e Godinho (2021), reafirmando o valor da subjetividade e da experiência como fundamentos legítimos para a produção de conhecimento crítico.

A História Oral, ao articular complexidade, subjetividade e memória, possibilita uma leitura ampliada das relações humanas no cárcere e evidencia a importância da escuta como prática ética e política. Em espaços de privação de liberdade, a narrativa se converte em instrumento de resistência simbólica e de reconstrução de sentidos, revelando que a memória é, simultaneamente, um ato de lembrança e de criação, um exercício de reexistência frente às estruturas que tentam silenciar as vozes subalternizadas.

A História Oral na APAC: Resistência epistêmica e justiça cognitiva

A História Oral, ao ser aplicada ao contexto prisional das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), revela-se como ferramenta de resistência epistêmica e de promoção da justiça cognitiva. Essa metodologia permite compreender as experiências vividas por sujeitos privados de liberdade como produções de sentido socialmente situadas e historicamente determinadas. Fundamentada nos princípios da teoria histórico-cultural, compreende-se que o desenvolvimento humano é construído por meio das interações sociais, mediadas pela linguagem e pelos significados culturais compartilhados (Vygotsky, 2000; Leontiev, 2004; Luria, 1987). Assim, os relatos orais não são meros registros do passado, mas expressões simbólicas de reconstrução do vivido, nas quais o tempo de privação adquire novos contornos afetivos e políticos.

As narrativas produzidas em espaços prisionais, como as APACs, evidenciam a complexidade das relações entre disciplina e subjetividade. Estudos realizados por Silva (2014; 2018) demonstram que os depoimentos de recuperandos revelam dimensões afetivas que rompem com os estigmas de desumanização, ressignificando o cárcere como espaço de vínculos e reconstrução identitária. Grossi (2020) complementa essa leitura ao observar que, embora o método APAC seja reconhecido como alternativa humanizadora, ainda reproduz dispositivos de controle e desigualdade. Esses

elementos reforçam a necessidade de compreender o método a partir da perspectiva da complexidade e das contradições que permeiam suas práticas.

A teoria da complexidade, conforme delineada por Morin (1996), oferece suporte para essa compreensão ao propor uma visão não linear e relacional da realidade. O conhecimento, nessa perspectiva, não se estrutura em fragmentos isolados, mas em redes de interconexões entre sujeitos, contextos e práticas. Aplicada à História Oral, essa abordagem permite reconhecer a pesquisa como um processo dinâmico e imprevisível, em que o sentido emerge da interação entre pesquisador e narrador. O ato de escutar, nesse caso, transcende o registro factual e assume caráter ético, dialógico e transformador, constituindo um espaço de coautoria e de produção compartilhada de saberes.

A articulação entre História Oral, teoria histórico-cultural e pensamento complexo amplia o entendimento da memória como território de disputas simbólicas e epistemológicas. A construção do conhecimento é, portanto, uma atividade coletiva, marcada pela reflexividade e pela implicação mútua entre pesquisador e sujeito. Ao mesmo tempo, essa perspectiva dialoga com o pensamento decolonial, que problematiza a colonialidade do saber e propõe o reconhecimento de epistemologias plurais e situadas (Quijano, 2000; Mignolo, 2007). Nessa perspectiva, a oralidade deixa de ser compreendida como ausência de escrita e passa a ser valorizada como forma legítima de conhecimento, fundada na experiência, na memória e na ancestralidade.

A decolonialidade propõe o rompimento com as hierarquias impostas pela racionalidade moderna e eurocêntrica, que historicamente marginalizou os saberes produzidos por grupos subalternizados. Ao acolher as narrativas de pessoas encarceradas, a História Oral atua como prática de desobediência epistemológica, reconhecendo nelas modos próprios de compreender o mundo e de produzir sentidos. Essa insurgência epistêmica configura-se como gesto político de reparação simbólica, ao devolver às vozes silenciadas o direito à fala e à interpretação de si. Tal movimento inscreve-se naquilo que Santos (2007) denomina de justiça cognitiva, isto é, o reconhecimento da diversidade de saberes e da legitimidade de epistemologias produzidas fora dos centros hegemônicos de poder.

As experiências narradas por sujeitos privados de liberdade revelam a força da oralidade como espaço de reconstrução do eu e de resistência às estruturas disciplinares. Ao transformar a escuta em prática investigativa e ética, a História Oral possibilita o surgimento de novas compreensões sobre o cárcere e seus sujeitos, deslocando o olhar das estatísticas para as histórias. A valorização da memória, nesse contexto, traduz-se em uma pedagogia da presença e do diálogo, na qual o ato de narrar torna-se também um ato de existir e resistir.

Compreendida em suas interfaces com a complexidade, a teoria histórico-cultural e o pensamento decolonial, a História Oral na APAC ultrapassa o papel de metodologia e se

afirma como epistemologia crítica. Ela possibilita a leitura das experiências humanas em toda a sua densidade simbólica e política, reconhecendo o conhecimento como processo relacional e inacabado. Ao acolher as vozes de sujeitos que habitam as margens sociais, essa prática contribui para descolonizar o saber e reconstruir horizontes de justiça, dignidade e emancipação, reafirmando a centralidade da escuta como ato transformador e instrumento de libertação cognitiva.

Considerações Finais

A análise desenvolvida permitiu compreender a História Oral como um campo metodológico plural, crítico e insurgente, capaz de promover a escuta ativa, a memória coletiva e a subjetividade como fundamentos para a produção de conhecimento. Essa abordagem rompe com os modelos positivistas e universalistas, valorizando a voz como expressão política e epistêmica e reafirmando o compromisso com a humanização das práticas sociais e científicas.

A aproximação entre a História Oral e a teoria histórico-cultural possibilita reconhecer a construção social da consciência e dos sentidos como processo relacional e histórico, em que o sujeito se constitui nas interações mediadas pela linguagem e pela cultura. Por sua vez, o pensamento complexo contribui para superar visões fragmentadas da realidade, articulando interdependência, incerteza e multiplicidade na compreensão dos fenômenos sociais. Já o pensamento decolonial amplia o potencial crítico da História Oral ao deslocar o eixo epistêmico para sujeitos historicamente subalternizados, como as pessoas privadas de liberdade, reconhecendo na oralidade uma forma legítima de produção de saber.

Ao integrar esses referenciais, a História Oral revela-se uma metodologia dialógica e interpretativa, que exige do pesquisador implicação ética, rigor analítico e sensibilidade política. Sua aplicação no contexto das unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) evidencia o papel da escuta como prática de resistência e justiça cognitiva, promovendo a reconstrução identitária de sujeitos historicamente invisibilizados. Assim, mais do que um método, a História Oral constitui um ato político e epistêmico de descolonização dos saberes e de reconfiguração de futuros possíveis a partir das vozes marginalizadas.

Recomenda-se que futuras investigações explorem, de forma empírica e etnográfica, a aplicação da História Oral em outras realidades prisionais, comunidades tradicionais e territórios periféricos, de modo a aprofundar o diálogo com as epistemologias do Sul e com a educação em direitos humanos como campos de resistência e criação.

REFERÊNCIAS

- DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Brasília: Editora UNB, 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GROSSI, S. **Educación y trabajo en la prisión de Brasil: el caso de las Asociaciones de Protección y Asistencia al Condenado (APACs)**. Preprint, jun. 2020.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2021.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2.ed., São Paulo: Centauro, 2004
- LURIA, A. R. **O problema da linguagem e a consciência**. In: LURIA, A. R. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MIGNOLO, Walter D.** Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007. DOI: 10.1080/09502380601162647.
- MINAYO, M. C. Z. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12.ed., São Paulo: Hucitec, 2007.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- QUIJANO, Aníbal.** Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RIBEIRO, F. S. A.; GODINHO, L. Histórias de vida de mulheres em situação de aprisionamento. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 489-508, 2021.
- SANTOS, B. S.** Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007. DOI: 10.4000/rccs.753.
- SILVA, Walesson Gomes. PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS E SENTIDOS EM PRESÍDIO APAC A PARTIR DAS ATIVIDADES DE LAZER. **Revista Interdisciplinar SULear**, v. 1, p. 65-81, 2018.

SILVA, W. G. **Lazer e juventude encarcerada: tensões entre trabalho, disciplina e práticas culturais em uma unidade prisional da APAC**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Recebido em: 12/12/2025

Aprovado em: 11/02/2026